

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdch@mpms.mp.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 45/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/3740/2018).

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecção de chaves, instalação e manutenção de fechaduras, entre outros, para atender o Ministério Público Estadual durante o período de 12 meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei 8.666/1993

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 19 de novembro de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 26/10/2018:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Equipe de Apoio: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Cleber do Nascimento Gimenez;

- Suplente do Pregoeiro: Emervel Carmona Gomes;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Lygia Mara Rosa da Silva Moraes e Gladys Esmelda Barrios Amarilha.

- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 30 de outubro de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3578/2018 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário ASSOCIAÇÃO DAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE MS, representada pelo Coordenador Geral – Eloy Deomar Freitas.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 02 unidades

Data: 16.10.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3578/2018 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário PARÓQUIA SANTO ELIAS, representada pelo Pároco – Pedro Clair Wegmann.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 08 unidades

Data: 16.10.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3578/2018 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário PROCON CAMPO GRANDE/MS, representada pelo Prefeito Municipal – Marcos Marcello Trad.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 02 unidades

Data: 16.10.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3578/2018 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário 13º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE PARANÁIBA/MS, representada pelo Comandante – Gilberto Gilmar de Santana.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 08 unidades

Data: 16.10.2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL 0093/2018/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00000966-1

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2018.00000966-1, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades praticadas por guardas municipais, consistente no uso de veículo oficial para fins particulares.

Corumbá/MS, 21 de novembro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 0056/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a evolução da Notícia de Fato n. 01.2018.00007783-8 para Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003229-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigada: BRF - BRASIL FOODS S.A

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no sistema de tratamento dos efluentes oriundos da atividade da empresa BRF S/A.

Dourados, 21 de novembro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BONITO

EDITAL N. 0031/2018/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

Inquérito Civil n. 06.2018.00003239-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Glaucos Gomes Soares

Assunto: Apurar o desmatamento de 48,90 hectares de vegetação na propriedade rural conhecida como Estância Coringa, sem a devida autorização dos órgãos ambientais.

Bonito – MS, 21 de novembro de 2018.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 004/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do PP n. 06.2018.000025694, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2018.00002795-9.

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica.

Requerido: Antônio Fernando da Costa Girardi.

Assunto: Averiguar, em caráter preventivo, o impacto ambiental anunciado pelo Auto de Infração Nº 21233 e pelo Laudo de Constatação Nº 03230, presentes no Ofício nº 042/2º GPMA/ 2º PEL/ 3ª CIA/ 15º BPMA, relatando “a destruição de vegetação nativa em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, uma vez que foi construída uma passagem com tubulação sobre um curso d’ água, destruindo a vegetação nativa e assoreando o leito do curso d’ água”.

Costa Rica, 22 de novembro de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

IGUATEMI

EDITAL Nº 020/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002790-4

Requerente: Daiana Neris de Souza Pedrotti

Requerido: Município de Tacuru-MS.

Assunto: Averiguar eventual violação aos direitos das crianças e adolescentes decorrente da utilização indevida do transporte escolar rural em Tacuru-MS.

Iguatemi, 21 de novembro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 021/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002884-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edi Dolores Bortolotto Bonamigo

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Laguna Vera, em Tacuru-MS, e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi, 21 de novembro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 022/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002942-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdemar da Silva Moraes

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na área de reserva legal do Assentamento Santa Renata, em Tacuru-MS, e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi, 21 de novembro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 023/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00003003-1

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerido: Espólio de Paulo Fernando Lemos e AGESUL

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Rancho Varredura e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi, 21 de novembro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 024/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00003225-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Tacuru-MS

Assunto: Averiguar eventual violação aos direitos das crianças decorrentes da ausência de vagas em centros de educação infantil em Tacuru-MS.

Iguatemi, 21 de novembro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça.

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0020/2018/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003228-4

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que o Município de Naviraí estaria interrompendo a prestação de serviços médicos nas unidades de saúde da família, em razão da inexistência de um sistema de substituição de médicos em período de férias e/ou licenças.

Naviraí, 21 de novembro de 2018

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 003/2018

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Naviraí/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração de ilegalidade na edição da Resolução GEMED/GAB/nº 04/2013, datada de 03/12/2013, pelo então Gerente de Educação de Naviraí, apuradas nos autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00002612-7, expede a seguinte

RECOMENDAÇÃO

ao Prefeito do Município de Naviraí/MS, Excelentíssimo Senhor José Izauri de Macedo:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”¹;

CONSIDERANDO que, nos termos da doutrina jurídica nacional, a recomendação administrativa “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”², viabilizando, dessa maneira, na hipótese de descumprimento, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado ou de ação própria visando a imposição de obrigação de fazer;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade,

¹ MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

² ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

da moralidade, da publicidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que restou apurado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00002612-7, que em data de 03/12/2013, o então Gerente Municipal de Educação de Naviraí, Sr. Ciro José Toaldo, editou a Resolução GEMED/GAB/nº 04/2013;

CONSIDERANDO que referida Resolução GEMED/GAB/nº 04/2013, em apertadíssima síntese, acarretou na diminuição da carga horária dos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de “cozinheiro” e de “agente de serviço escolar”, sendo que, de 08 (oito) horas diárias, passaram a cumprir apenas 06 (seis) horas;

CONSIDERANDO que, em consulta à legislação municipal, restou apurado que a carga horária dos servidores públicos municipais, ocupantes dos cargos de “cozinheiro” e de “agente de serviço escolar” é atualmente definida por disposição normativa prevista em Lei Complementar, qual seja, o artigo 28, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 110/2011, que assim dispõe:

Art. 28. Os integrantes do Grupo de Profissionais da Educação Básica ficarão sujeitos às seguintes cargas horárias:

(...)

Parágrafo único. A categoria de Apoio à Educação Básica ficará sujeito a uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CONSIDERANDO que os servidores públicos ocupantes dos cargos de “cozinheiro” e de “agente de serviço escolar” integram a categoria de servidores de Apoio à Educação Básica, conforme disposto na Lei Complementar Municipal nº 110/2011;

CONSIDERANDO que, além de haver expressa disposição normativa decorrente de Lei Complementar, a disposições relativas ao regime jurídico dos servidores públicos municipais integram o rol de matérias cuja disposição é reservada exclusivamente à Lei Complementar, tal como previsto no artigo 56, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Naviraí;

CONSIDERANDO que a redução da carga horária dos servidores públicos ocupantes dos cargos de “cozinheiro” e de “agente de serviço escolar”, por meio da edição da Resolução GEMED/GAB nº 04/2013 configurou ofensa ao princípio da legalidade, notadamente o disposto no artigo 56, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Naviraí/MS, eis que na prática deu-se a alterações de disposições normativas criadas por Lei Complementar por meio da edição de ato administrativo;

CONSIDERANDO que o Administração Pública Municipal, por força do disposto no artigo 37, caput, da Constituição Federal, tem o dever de observar o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO que a Administração Pública Municipal, dentre outros, é dotada do poder de autotutela de seus próprios atos administrativos, de modo que, segundo os ensinamentos de Fernanda Marinela, “a Administração Pública pode controlar os seus próprios atos, seja para anulá-los, quando ilegais, ou revoga-los, quando inconvenientes ou inoportunos, independente de revisão pelo Poder Judiciário”. (*Direito Administrativo, Editora Impetus, 2013, p. 63*).

CONSIDERANDO o entendimento jurisprudencial consolidada na Súmula 346 do STF, que dispõe “A Administração Pública pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos”;

CONSIDERANDO o entendimento jurisprudencial consolidado na Súmula 473 do STF, que dispõe: “A Administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”;

RECOMENDA ao Prefeito do Município de Naviraí/MS, Excelentíssimo Senhor José Izauri de Macedo que se adote providências no sentido de promover a anulação da Resolução GEMED/GAB/nº 04/2013, datada de 03/12/2013,

em razão da ilegalidade anteriormente mencionada e que informe, a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, as medidas administrativas eventualmente implementadas em razão da presente recomendação.

Adverte-se que, em caso de não cumprimento da Recomendação, poderão ser adotadas as medidas judiciais cabíveis para solução da irregularidade e para a eventual responsabilização pessoal.

Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ;

Junte-se cópia ao Inquérito Civil nº 06.2018.00002612-7, registrando-se no SAJ/MP.

Naviraí/MS, 13 de novembro de 2018.

DANIEL PIVARO STADNIKY
Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 026/2018/1ªPJ

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS torna pública a instauração de IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva nº 215, Jardim Santa Mônica.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00003041-0

Requerente: Daury Costa da Silva Junior.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventual ligação irregular de rede de água e esgoto em galeria pluvial existente em propriedade de Daury Costa da Silva Junior.

Paranaíba, 13 de novembro de 2018.

JULIANA NONATO
Promotora de Justiça.

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0176/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00003113-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003113-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Monte Verde Agro-Energética S/A

Assunto: Apurar os impactos ambientais decorrentes da atividade sucroalcooleira, em suas várias fases que vão desde o plantio até a produção, bem como compelir referida empresa a empreender as medidas necessárias para solucionar as irregularidades e omissões apontadas nos Relatórios técnicos nº 37/Cortec/2006 e 008/Cortec/2007 - IC 09/2007

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 09/2007 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 21 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0033/2018/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003180-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Raul Maria Gonçalves-MEI

Assunto: apurar possíveis ilegalidades na dispensa de licitação para contratação da Empresa Raul Maria Gonçalves pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

Ribas do Rio Pardo, 21 de novembro de 2018.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAURILÂNDIA

EDITAL Nº 0010/2018/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS - telefone (67) 3445-1393.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003226-2.

Requerente: Michelle Marília de Jesus.

Requerido: Viação Motta Ltda.

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Resolução nº 4282/2014 da ANTT, consistente na recusa por parte da requerida de vender bilhetes de passagens nos pontos de seção das linhas que transpassam o Município de Anaurilândia.

Anaurilândia/MS, 20 de novembro de 2018.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0011/2018/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS - telefone (67) 3445-1393.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003227-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Secretaria Municipal de Assistência Social de Anaurilândia, Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS.

Assunto: Apurar o descumprimento quanto a composição mínima da equipe básica do CRAS do Município de Anaurilândia/MS, nos termos da NOB/RH/SUAS/2009 ante a ausência de técnicos de nível médio em seu quadro.

Anaurilândia/MS, 20 de novembro de 2018.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

DEODÁPOLIS

EDITAL N° 0081/2018/PJ/DPS

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Procedimento Administrativo SAJMP nº 09.2018.00003533-7

Noticiante : Ministério Público Estadual

Interessado : CREAS de Deodápolis/MS

Assunto : Inspeccionar as unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua (Recomendação CNMP nº 60/2017).

Deodápolis/MS, 09 de novembro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça